



**Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo**

Rua Prefeito Chagas, 305 - Sala 09 - Centro - Poços de Caldas – MG  
CEP: 37701-010 - Tel. (35) 3721-3242  
cbh.mogipardo@yahoo.com.br - comunicacao.cbhmogipardo@gmail.com  
[www.cbhmogipardo.com.br](http://www.cbhmogipardo.com.br)

---

Of. 086/2010 CBHMP

Poços de Caldas, 15 de dezembro de 2010

*Ao*

*ILMO. Sr.*

*Oscar Cordeiro Netto*

*DD. Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH*

*Referência: Proposta da Região Hidrográfica do Paraná em relação às águas minerais*

Prezado Senhor,

Vimos através deste, solicitar a esta Câmara Técnica a atenção especial e indicação para que conste na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos a proposta aprovada na Oficina da Região Hidrográfica do Paraná realizada na cidade de Campinas/SP nos dias 20 a 22 de setembro de 2010.

Trata-se de proposta inserida no Eixo temático VI- Situações Especiais de Planejamento – Programa Nacional de Águas Subterrâneas, com o seguinte texto: **“Realizar estudos e pareceres nos aspectos institucionais e legais visando considerar como recurso hídrico sujeito à outorga de uso, as águas atualmente classificadas como minerais, potáveis de mesa e aquelas destinadas à balneabilidade”.**

Como é de conhecimento, a Bacia do Rio Grande, em especial aquelas sub-bacias situadas no sul de Minas Gerais, apresentam um grande potencial para ocorrência de águas classificadas como minerais. Municípios como Caxambu, Lambari, São Lourenço e Poços de Caldas já são conhecidos como Estâncias Hidrominerais. Assim, a questão das águas minerais se torna fato de geração de conflito, em especial por duas razões. Águas minerais não são passíveis de serem distinguidas de outras águas e assim “retiradas” do ciclo hidrológico, que é a base para cálculo do balanço hídrico de uma Bacia, o qual é considerado para cálculo de vazão e disponibilidade hídrica para outorga de uso. Por outro lado, estando estas águas submetidas ao regime de outorga de lavra minerária, os empreendedores não solicitam a outorga de uso. Empreendimentos comerciais exploram volumes significativos de recursos hídricos no âmbito de uma Bacia e não estão sujeitos à cobrança de uso da água, enquanto usos prioritários como abastecimento urbano, estão sujeitos à outorga de uso e são passíveis de cobrança.

Não colocamos aqui, em favor de sermos sintéticos, a discussão da alienação da água enquanto recurso mineral e que a outorga de lavra imprime aos recursos hídricos, chocando-se



**Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo**

Rua Prefeito Chagas, 305 - Sala 09 - Centro - Poços de Caldas – MG  
CEP: 37701-010 - Tel. (35) 3721-3242  
cbh.mogipardo@yahoo.com.br - comunicacao.cbhmogipardo@gmail.com  
[www.cbhmogipardo.com.br](http://www.cbhmogipardo.com.br)

---

frontalmente com os dispositivos da Política Nacional de Recursos Hídricos estabelecido pela Lei Federal 9433/97.

Na certeza de análise e aprovação da indicação de proposta feita pela região Hidrográfica do Paraná, que em sua Oficina decidiu pela importância e relevância do tema para toda esta região, agradecemos a atenção.

Cordialmente,

**Antônio Carlos Sales**

**Presidente**